

RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa)

-29/6/2021 -



I – Apresentação

No dia 29/6/2021, a Comissão de Agropecuária e Agroindústria e sua convidada, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, receberam Ana Maria Soares Valentini, secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao primeiro semestre de 2021, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

II - Presenças

- Comissão de Agropecuária e Agroindústria: Dep. Delegado Heli Grilo (presidente), Dep. Coronel
 Henrique (vice-presidente), Dep. Betinho Pinto Coelho, Dep. Gustavo Santana, Dep. Inácio Franco,
 Dep. Cristiano Silveira (substituindo Dep. Gustavo Santana).
- Outras presenças: Dep. Celise Laviola, Dep. Antonio Carlos Arantes, Dep. Carlos Pimenta, Dep. Leonídio Bouças, Dep. Arlen Santiago, Dep. Dalmo Ribeiro Silva, Dep. Celinho Sintrocel, Dep. Beatriz Cerqueira, Dep. Zé Guilherme, Dep. Zé Reis, Dep. Bartô, Dep. Laura Serrano e a secretária Ana Maria Soares Valentini.

III – Discussões

A secretária relatou as atividades da secretaria e das entidades a ela vinculadas e citou algumas realizações no período, entre elas:

- participação em eventos de intercambio internacional com a Austrália (bovinocultura), com 24
 países do centro e do leste europeu (apicultura) e com a Itália (importações e tecnologia de
 alimentos, laticínios e cafeicultura);
- No Programa de Aquisição Direta de Alimentos com Doação Simultânea PAA-DS –, incremento das atividades em 129 municípios e esforços para inclusão de outros;
- Adesão do Estado à campanha Race to Zero, ação global que visa à neutralização de emissões de gases de efeito estufa até 2050, em parceria com a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Faemg – e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg;
- Enfrentamento da crise hídrica, em especial no Triângulo Mineiro e no Sudoeste de Minas, além de nas regiões Norte e Jequitinhonha, em que a convivência com a seca é rotineira;





- Regulamentação do Programa de Regularização Ambiental PRA no Estado e início de sua implantação. O programa, previsto pelas leis florestais federal e estadual, visa à recuperação ambiental de áreas de preservação permanente e reservas legais, entre outras, de estabelecimentos rurais que registraram seus passivos no Cadastro Ambiental Rural CAR;
- Execução dos programas:
 - o Garantia-Safra em 75 municípios com atendimento de 23.911 agricultores;
 - Irriga Minas, com distribuição de 704 kits de irrigação em 59 municípios;
 - Pró-Genética e Pró-Fêmeas, com 18 eventos realizados;
- Ações de regularização fundiária, com entrega de 172 títulos em diversos municípios e 103 escrituras no projeto Jaíba;

Por fim, relatou dados sobre o desempenho do agronegócio em Minas:

- Projeção de crescimento de 1% no Valor Bruto da Produção em relação a 2020;
- Crescimento de 16,5% das exportações do agronegócio em relação ao mesmo período de 2020.

Durante as discussões com os deputados foram abordados ainda os seguintes temas:

1) Sistema Estadual de Inspeção e Fiscalização de produtos de origem animal de Minas Gerais – Sisei

Objeto do Projeto de Lei nº 2275/2020, em tramitação, que institui o Sistema Estadual de Inspeção e Fiscalização – Sisei –, o novo sistema abre a possibilidade de reconhecimento de equivalência entre os Serviços de Inspeção Municipais – SIMs –, geridos por municípios individualmente ou por consórcios públicos, e o prestado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

COMPROMISSO

Compromisso/Posicionamento da Secretária:

• Incentivar a formação de consórcios municipais para prestação de serviços de inspeção sanitária.

2) Queijos artesanais

Foram debatidas as dificuldades do setor de queijos artesanais quanto aos aspectos regulatórios federais, a exemplo da manutenção da submissão desses produtos ao Regulamento de Inspeção Industrial Sanitária de Produtos de Origem Animal – Riispoa –, o que impõe parâmetros microbiológicos próprios de lácteos







fabricados com leite pasteurizado, e não leite cru; além de regramento relativo a certificação de propriedade livre de brucelose e tuberculose, impeditivo para a escala de produção artesanal.

A secretária reconheceu a incompatibilidade dos parâmetros microbiológicos do Riispoa para o exame de conformidade de Queijos Artesanais, mas apontou para o fato de que a competência para revisão desses parâmetros é do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — Mapa —, não cabendo ao Estado essa normatização.

Em face da necessidade de estudos científicos relativos à regulamentação técnica dos tipos de queijo, informou que está sendo estruturada a Rede Mineira de Pesquisa em Queijos Artesanais, posto que hoje são cerca de 50 pesquisadores dedicados à temática no Estado. Por fim, reconheceu as dificuldades para oferta de laboratórios para análise de queijos e mencionou gestões perante o Mapa e o Ministério Público, esse último pela correlação do tema com a defesa do consumidor.

3) Economia cafeeira

Foi debatida a ausência de uma política de comercialização nas esferas da União e do Estado, além da baixa aplicação de recursos disponíveis no Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé –, federal, e inatividade do Fundo Estadual de Café – Fecafé –, estadual, com forte comprometimento das finanças dos produtores, que sem a atuação do Estado, ficam expostos às pressões do mercado externo.

A secretária reconheceu a baixa oferta de estruturas de armazenamento para café em Minas Gerais e seu efeito na pressão para a comercialização precoce da safra. Relatou, ainda, esforços para o desenvolvimento de linha de seguros para a cafeicultura, articuladas com o Fecafé, que poderia ser utilizado como instrumento da política cafeeira no Estado, desde que nele haja alocação de recursos.

Compromisso/Posicionamento da secretária:

• Estudar a reativação do Fecafé, com vistas à prática de uma política cafeeira no Estado.

RQN 8.535/2021: Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja implantada política governamental para apoiar a comercialização do café no Estado e a articulação com as políticas da União, por meio da utilização de recursos do Funcafé.

RQN 8.542/2021: Requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam realizadas gestões para a reativação do Fundo Estadual do Café – Fecafé –, por meio de alocação de recursos legais e programas de apoio à comercialização da safra do café no Estado.





4) Programa ABC

Foi questionada pelos deputados a ausência de empenho dos órgãos e das entidades estaduais na divulgação e promoção de acesso dos produtores mineiros ao programa federal de Agricultura de Baixo Carbono – ABC.

A secretária concordou com a colocação dos parlamentares e ressaltou a oportunidade de financiamento da agropecuária sustentável disponibilizada pelo programa. Informou que o Mapa lançará em breve uma segunda versão, o ABC+.

COMPROMISSO

Compromisso/Posicionamento da secretária:

 Realização de seminários de divulgação sobre o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono), que é federal.

REQUERIMENTO

RQN 8.530/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam os produtores agrícolas do Estado urgentemente orientados sobre as possibilidades de crédito para agricultura de baixo carbono – ABC –, seja por meio de seminários, seja diretamente por meio de extensionistas da Emater.

5) Reservação de água

Foi ressaltada pelos deputados a necessidade cada vez mais premente de uma política regulatória que permita e estimule a reservação de água nos períodos chuvosos.

A secretária, defensora permanente da prática de reservação – em especial nas áreas do semiárido, que inclui sua região de origem, o Noroeste de Minas – citou a existência de limites para a aprovação de licenciamentos desse tipo de barramento, impostos por normativas federais, em especial em ambientes de vereda. No entanto, defendeu a importância da reservação de água não só para a agricultura irrigada, mas para a manutenção da vida e meio ambiente equilibrados. Mencionou, ainda, exemplos de empreendimentos bem-sucedidos em que a vida silvestre ressurgiu a partir da instalação de barragens. Por fim, registrou a alteração de procedimento da Semad quanto à exigência de EIA-RIMA no licenciamento ambiental de reservatórios, com dispensa desses documentos para barragens de até 150ha de lâmina d'água, fator que facilitou a aprovação de empreendimentos recentemente.





6) Regularização fundiária

Diversos deputados questionaram o ritmo de titulação de terras devolutas rurais para o ano 2021, atribuição da Seapa. Citaram dados referentes aos processos desse tipo realizados no mandato anterior do governo e solicitaram informações quanto ao cumprimento das metas nessa área.

A secretária informou que, devido ao fato de o processo de regularização ser iniciado nos municípios, por meio de audiências públicas, as metas de 2021 estão comprometidas, apesar de as audiências já terem sido retomadas.

7) Sustentabilidade na agropecuária

Indagada quanto às ações governamentais para a promoção da sustentabilidade na agropecuária, a gestora informou que diversas ações da Seapa têm esse foco e, com base nelas, vem desenvolvendo soluções em parceria com a Semad. São exemplos a criação da **Câmara Técnica de Agricultura Sustentável e Irrigação**, no âmbito do Conselho Estadual de Política Agrícola – CEPA –; a manutenção de núcleos de assessoramento ambiental em unidades da Seapa e suas vinculadas em diversas regiões do Estado; e a continuidade dos estudos de Zoneamento Ambiental Produtivo – ZAP –, que poderão simplificar os procedimentos de regularização ambiental das propriedades envolvidas. Voltou a lembrar, ainda, a adesão do Estado à campanha global *Race to Zero*, que coloca o Estado na vanguarda brasileira das ações para mitigação e prevenção das mudanças climáticas.

EQUERIMENTO

<u>RQC 9.224/2021</u>: Requer seja realizada audiência pública, para a qual seja convidada a secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para que ela apresente as atualizações quanto aos programas e atividades de sua pasta com mais profundidade que os esclarecimentos prestados durante o Assembleia Fiscaliza do 1º semestre de 2021.

8) Política de recursos humanos

Parlamentares perguntaram à secretária sobre a política de pessoal na Seapa e nas suas vinculadas, incluindo carreira, salários e provimento de novos servidores, em razão do reconhecimento dos relevantes serviços sob atribuição da pasta e da necessidade de recursos humanos para seu cumprimento. Foi levantada, em especial, a necessidade de realização de concursos públicos para reposição de servidores do IMA, entidade responsável pela inspeção sanitária dos alimentos produzidos no Estado.

A secretária relatou que, apesar de já terem sido completados 20 anos sem concurso, não vê perspectivas





de equacionamento para a recomposição de quadros da secretaria. Destacou como exceção, no entanto, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG –, para a qual houve recente nomeação de técnicos concursados, apesar de reconhecidamente não serem numericamente suficientes para atender às necessidades da entidade. Mostrou entusiasmo com relação à realização de concurso público para provimento de servidores para o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

COMPROMISSO

Compromisso/Posicionamento da secretária:

• Expectativa de realização do concurso do IMA até o final do ano.

RQN 8.532/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam realizadas gestões junto ao governo do Estado de forma a garantir a realização, ainda em 2021, de concurso para fiscal agropecuário e demais cargos necessários ao desempenho das atividades do IMA.

RQN 8.534/2021: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações consubstanciadas no cronograma de nomeações de servidores para a pasta da qual é titular e para as empresas vinculadas à pasta, referentes a concursos antigos e recentes.

9) Vacinação de Fiscais Agropecuários

A vacinação dos Fiscais Agropecuários e seus auxiliares, tanto na esfera federal quanto na estadual, ainda não foi executada por não ter sido a classe incluída como público prioritário. A dificuldade de entendimento parte da não classificação desses profissionais como integrantes do setor de saúde. Deputados afirmaram, no entanto, que a circular do Ministério da Saúde (OFÍCIO CIRCULAR Nº 57/2021/SVS/MS) permite esse enquadramento, motivo pelo qual insistem em providências do governo, da Seapa e da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, no sentido de se fazer esse esclarecimento às prefeituras.

EQUERIMENTO

RQN 8.531/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja emitida nota técnica às prefeituras municipais esclarecendo sobre a inclusão dos fiscais agropecuários e seus auxiliares como público prioritário para a vacinação contra a covid-19, de forma a melhorar o entendimento dos termos do Ofício 57 de março de 2021 do Ministério da Saúde e agilizar a vacinação desse grupo.

10) Cachaça artesanal

Foi ressaltada a atuação da fiscalização do IMA no segmento da cachaça de alambique, em especial numa das regiões de maior tradição em Minas, a de Salinas. Segundo os parlamentares, os fiscais vêm atuando





em caráter meramente punitivo, o que vem desestimulando o processo de regularização sanitária desses estabelecimentos. Processo similar foi mencionado também quanto à fiscalização ambiental.

COMPROMISSO

Compromisso/Posicionamento da secretária:

 Promover ações de apoio à regularização sanitária dos alambiques de cachaça, em especial na região de Salinas, e recomendar adoção de caráter orientativo nas ações de fiscalização do segmento.

REQUERIMENTO

RQN 8.529/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de providências para que seja dada atenção especial à orientação a produtores de cachaça em etapa anterior ao processo de regularização de alambiques, de forma a evitar autuações e complicações junto aos fiscais agropecuários e fiscais do meio ambiente.

11) Licenciamento de projetos agrossilvipastoris

Foi demandada a dispensa de EIA-RIMA para licenciamento ambiental de projetos agrossilvipastoris com área acima de 1000ha, matéria que é objeto de projeto de lei em tramitação na Casa (PL nº 2.842/2021, que dispõe sobre a exigência de estudos ambientais para atividades agrossilvipastoris passíveis de licenciamento ambiental no âmbito Estadual e dá outras providências).

COMPROMISSO

Compromisso/Posicionamento da secretária:

 Participar das discussões sobre o tema nesta Casa legislativa e apoiar a busca de solução para a demanda.

12) Agricultura Familiar

Deputados apontaram insuficiência das políticas públicas estaduais para a agricultura familiar.

A secretária informou que a maior parte das ações governamentais executadas pela pasta tem como público-alvo os agricultores familiares, e mesmo aquelas referentes à regularização fundiária visam a proporcionar melhor acesso desse segmento às políticas públicas, em especial ao crédito rural. Solicitou a apresentação de demandas mais pontuais para que sejam direcionados esforços da Seapa.







RQN 8.523/2021: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre o quantitativo de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs – emitidas pela Emater em 2020, com especificação dos grupos e municípios atendidos, com destaque para os grupos A e A/C.

RQN 8.525/2021: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações, consubstanciadas em levantamento, sobre o percentual de recursos disponibilizados no último ano para a compra direta de alimentos de agricultores familiares no âmbito do Pnae no Estado e em seus municípios.

RQN 8.533/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – e ao governador do Estado pedido de providências para que seja disponibilizada linha de crédito especial para a agricultura familiar gerida pelo BDMG para fins de auxílio ao setor, em virtude dos impactos causados pela pandemia de covid-19.

13) Universalização de acesso à energia no campo

Parlamentares destacaram a paralisação em Minas Gerais do programa de universalização de acesso à energia no campo e sobre a ausência de providências para atendimento de novas demandas de eletrificação rural por parte da Cemig.

A secretária comunicou que, por iniciativa do governador, a Cemig deve ofertar *kits* para a conversão gratuita de parcela das ligações monofásicas rurais do antigo programa Luz para Todos em instalações trifásicas, mais adequadas às demandas da agropecuária, o que confirmaria o papel de agente de políticas públicas da Cemig no Estado. No entanto, revelou não ter recebido informações sobre demandas não atendidas de eletrificação rural.

Compromisso/Posicionamento da secretária:

• Solicitar levantamento da Emater-MG sobre novas demandas de ligações elétricas no campo e encaminhar resultados para a Cemig.

RQN 8.524/2021: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações acerca do número de ligações de energia elétrica fotovoltaica necessárias para atender o pequeno agricultor instalado em regiões desassistidas de energia elétrica tradicional.

RQN 8.527/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam incluídos os "kits" fotovoltaicos para a alimentação de bombas hidráulicas e equipamentos coletivos no portfólio de ações da secretaria, de forma a atrair emendas parlamentares.

RQN 8.641/2021: Requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a cobertura do serviço de energia elétrica nas áreas rurais de Minas Gerais, em que se esclareça a informação, fornecida pela Cemig, de que a concessão





estaria universalizada no Estado, motivo pelo qual essa companhia não faz mais investimentos nesse sentido nem recebe recursos do programa Luz para Todos.

14) Barragem de Jequitaí

Questionada sobre o andamento do processo de sub-rogação da gestão da Barragem de Jequitaí à administração estadual, a secretária explicou que a responsabilidade pela construção da barragem é da União e que sua execução foi feita pela Codevasf, que agora deve transferir a sua administração ao governo de Minas. Informou que o processo, apesar de estar em vias de finalização, foi lento e burocrático.

15) Fusão da Emater-MG com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig

Deputados questionaram sobre a discussão relativa à fusão dessas entidades, ambas vinculadas à Seapa. A secretária reiterou sua concordância com essa ação, que, no entanto, de acordo com ela, saiu da perspectiva do governo diante das pressões sociais e sindicais.

16) Projeto Jaíba

Deputados relataram a precaridade da infraestrutura do Projeto Jaíba, em especial quanto ao mau estado de conservação da estrada utilizada para o escoamento da sua produção, provocando significativa perda de competitividade dos produtos locais, e ao já constatado vazamento de água bombeada no canal central do perímetro irrigado.

A gestora reconheceu os riscos, inclusive de defesa civil, que representam os vazamentos no canal principal do Projeto Jaíba e enumerou as providências que vêm sendo tomadas para solução desse problema. Além disso, afirmou compreender a preocupação dos produtores com a manutenção da estada.

Quanto à agricultura irrigada, registrou preocupação com a morosidade dos órgãos de meio ambiente na concessão de outorga em Minas Gerais e alertou que projetos de irrigação em estados vizinhos, na Bacia do Rio São Francisco, vêm ocupando rapidamente as disponibilidades de vazão outorgável, colocando em risco a expansão futura da irrigação na porção mineira dessa bacia. Em face dessa preocupação, demandou apoio político para que se dê continuidade à implantação das demais etapas do Projeto Jaíba e para que tenha sequência a implantação de empreendimentos que dependem da obtenção da referida outorga para sua implantação em Minas Gerais.





COMPROMISSO

Compromisso/Posicionamento da secretária:

Fazer gestões à Seinfra para solução dos problemas de infraestrutura do Projeto Jaíba.

<u>RQN 8.528/2021</u>: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências com vistas ao recapeamento da estrada que liga os Municípios de Janaúba e Matias Cardoso, bem como a de acesso ao Projeto Jaíba, em face da importância econômica da produção agrícola a ser escoada por esses trechos.

<u>RQC 9.398/2021</u>: Requer seja realizada audiência pública com vistas a debater medidas para solucionar os vazamentos no principal canal de irrigação do Projeto Jaíba, no Norte de Minas, considerando-se os enormes prejuízos que impactarão economicamente e socialmente a produção agrícola da região e todos os habitantes da área urbana desse município.

17) Piscicultura ornamental

Deputados ressaltaram a importância do polo de piscicultura ornamental na Zona da Mata mineira e apresentaram demandas de apoio técnico e de pesquisa e desenvolvimento para incremento tecnológico do setor.

REQUERIMENTO COMPROMISSO

Compromisso/Posicionamento da secretária:

• Levar a demanda de pesquisa e desenvolvimento no segmento da piscicultura ornamental para a Epamig.

<u>RQN 8.526/2021</u>: Requer seja encaminhado à Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – pedido de providências para que sejam desenvolvidas pesquisas e tecnologias para o fomento e apoio ao segmento da piscicultura ornamental.

18) Rio Fanado

Deputados reiteraram críticas sobre a demora na execução de emendas ao PPAG decorrentes de sugestões populares para a construção de barragens com o objetivo de perenização do Rio Fanado, no Vale do Jequitinhonha.

A secretária informou sobre a falta de capacidade operacional da pasta para a execução de obras após a extinção da RuralMinas, e citou esforços para firmar acordo de cooperação técnica com o Consórcio









Intermunicipal de Infraestrutura de Municípios da Amaje — CII-Amaje — para as obras de barragens no Rio Fanado (Turmalina, Agelândia e Capelinha).

Informou, ainda, que as questões fundiárias que limitavam as obras do Rio Fanado estão resolvidas em 95%. Quanto às licenças ambientais o índice de resolução é de apenas 15%, o que exigirá novas gestões aos órgãos ambientais.

RQN 8.638/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam realizadas reuniões de alinhamento dessa secretaria com o Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura de Municípios da Amaje – CII-Amaje –, com a participação dos prefeitos dos Municípios de Angelândia, Capelinha, Minas Novas e Turmalina, que receberão obras de construção de barragens de água no curso do Rio Fanado, para fins de regularização de vazão e segurança hídrica, com o intuito de se explicarem os problemas e as pendências para a execução de cada obra, planos, cronogramas e providências a serem tomadas para seu início.

19) Barragem de Setúbal

Após a construção da barragem no Rio Setúbal, moradores do seu entorno passaram a relatar efeitos negativos, como a precariedade das pontes construídas e o comprometimento da qualidade da água captada para o abastecimento público.

A gestora afirmou estar ciente das reclamações sobre as pontes e criticou o curto prazo de responsabilização dos construtores pelos problemas nessas estruturas. Citou ações já em curso perante as prefeituras (Jenipapo de Minas e Chapada do Norte) para a busca de soluções e a possibilidade de o problema da qualidade da água estar relacionado com a necessidade de recuperação ambiental das áreas de preservação permanente da barragem.

Compromisso/Posicionamento da secretária:

• Buscar soluções para o funcionamento das pontes e o tratamento de água para consumo humano na região da Barragem de Setúbal.

<u>RQN 8.640/2021</u>: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam verificadas as condições, os problemas e as providências necessárias ao bom funcionamento das pontes entregues no âmbito das obras de construção da barragem do Rio Setúbal, no Vale do Jequitinhonha.

RQN 8.639/2021: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam equacionados os problemas de





abastecimento de água ocasionados pela construção da barragem do Rio Setúbal, no Vale do Jequitinhonha, em especial nos Municípios de Jenipapo de Minas e Chapada do Norte e eventualmente em outras localidades afetadas pela referida barragem.

20) Apicultura

Questionada sobre a atuação da Seapa no estímulo à apicultura, a secretária reconheceu a importância crescente do setor, tanto para atendimento do consumo interno quanto para o mercado internacional, que se apresenta bastante promissor. Informou que a pasta vem realizando contatos e atividades de apoio ao desenvolvimento dessa cadeia produtiva.

